

Dr. Robert A. Peterson, Salvação, Sessão 13, Justificação, Número 2, Reconhecimento Histórico E Formulações Sistemáticas

© 2024 Robert Peterson e Ted Hildebrandt

Este é o Dr. Robert Peterson em seu ensinamento sobre Salvação. Esta é a sessão número 13, Justificação, Número 2, Reconhecimento Histórico e Formulações Sistemáticas.

Continuamos nosso estudo da salvação com a doutrina da justificação.

Em um esforço para ser justo, estou trabalhando com os documentos oficiais católicos romanos. Não esperava que meu zelo fosse tão forte, mas sou zeloso pelo evangelho. Então, espero estar sendo respeitoso, mas não peço desculpas por ser zeloso pelo evangelho.

Se Trento é a declaração histórica de Roma, vis-à-vis as doutrinas reformacionais, a rejeição dessas doutrinas e a ampliação e esclarecimento dos dogmas católicos romanos sobre justificação. O Catecismo da Igreja Católica Romana em 1992 é um documento muito importante, aplicando muitos dos resultados do Concílio do Vaticano II em meados dos anos 60, e milhões de cópias do Catecismo da Igreja Católica em 1992 são atuais ao redor do mundo. A Igreja Católica Romana não rejeitou os ensinamentos e anátemas de Trento.

O Catecismo da Igreja Católica de 1992 não é tão completo quanto Trento devido ao seu gênero popular. Este importante documento foi promulgado pelo Papa João Paulo II e elogiado pelo Cardeal Joseph Ratzinger, que mais tarde, Ratzinger, desculpe-me, Cardeal Joseph Ratzinger, ou melhor, Joseph Cardinal Ratzinger estaria correto, eu acredito, mais tarde Papa Bento XVI. Os protestantes encontram muitos pontos de desacordo com ele a respeito da justificação.

A doutrina da justificação do Catecismo reflete o Concílio de Trento. Uma consideração do Artigo II, Graça e Justificação, confirma isso. Mencionarei os números dos parágrafos do Catecismo da Igreja Católica.

Se você quer ter um autorizado, ele traz o imprimatur, uma declaração autorizada, autorizada do ensinamento católico romano em um compasso popular, popularmente expresso, relativamente curto; esta é uma ótima fonte. Algumas declarações contêm ensinamentos com os quais concordamos, com os quais eu concordo, como o seguinte, exceto por suas referências ao batismo e Deus nos tornando interiormente justos. A justificação foi merecida para nós pela paixão de Cristo, os sofrimentos de Cristo, que se ofereceu na cruz como uma vítima viva, santa

e agradável a Deus, e cujo sangue se tornou o instrumento de expiação pelos pecados de todos os homens.

A justificação é conferida no batismo, o sacramento da fé. Ela nos conforma à justiça de Deus, que nos torna interiormente justos pelo poder de sua misericórdia. Seu propósito é a glória de Deus e de Cristo e o dom da vida eterna.

As notas citam o Concílio de Trento em Romanos 3:21 a 26. Isso está no parágrafo 1992 do Catecismo da Igreja Católica. Eu deveria dizer que não apenas discordo da noção de Deus nos tornando interiormente justos ou retos, mas também do fato de que a justificação é *ex opere operato*, que é automaticamente conferida pelo batismo.

O ensinamento de Roma é que seus sacramentos conferem graça *ex opere operato*, pelo trabalho realizado. O significado é que um padre católico que é ordenado por um bispo recebe o direito de batizar em nome da Trindade em nome da Igreja Católica e de oferecer Cristo no suposto sacrifício da missa. O Catecismo define ainda a justificação como o poder do Espírito Santo de nos purificar de nossos pecados e nos comunicar a justiça de Deus por meio da fé em Jesus Cristo e do batismo.

Seguem três citações bíblicas, duas das quais tratam da santificação progressiva. Romanos 6:3 e 4, versículos 8 e 11. O próximo parágrafo trata de morrer para o pecado, nascer para uma nova vida e união com Cristo, nenhuma das quais pertence à justificação propriamente dita.

Em concordância com Trento, o Catecismo ensina, cita, que a justificação, cita, estabelece cooperação entre a graça de Deus e a liberdade do homem, fecha a citação. Não podemos ser salvos sem que o Espírito habilite nosso livre-arbítrio, mas dizemos sim ou não à palavra de Deus, parágrafo 1993. O Catecismo vai além de Trento quando fala de pessoas se tornando divinizadas e, como prova, cita Atanásio sobre a deificação, parágrafos 1987, 1988.

A primeira obra da graça do Espírito Santo, citação, é a conversão, citação próxima, definida como quando, movido pela graça, o homem se volta para Deus e se afasta do pecado, aceitando assim o perdão e a justiça do alto. Segue-se uma citação de Trento, citação; a justificação não é apenas a remissão dos pecados, mas também a santificação e a renovação da pessoa interior, citação próxima. Mais uma vez, o Catecismo inclui a santificação progressiva na justificação; citação, a justificação segue a iniciativa misericordiosa de Deus de oferecer perdão.

Ela reconcilia o homem com Deus. Ela liberta da escravidão do pecado e cura parágrafos 1989, 1990. Novamente, citação, o Espírito Santo é o mestre da vida interior.

Ao dar à luz o homem interior, a justificação envolve a santificação de todo o seu ser, citação próxima, parágrafo 1995. Há uma tremenda confusão neste Catecismo entre santificação progressiva e justificação, o que novamente levaria a pessoa no banco da Igreja Católica Romana a buscar o favor e a aceitação de Deus sendo um bom católico, o que não é o caminho para encontrar o favor e a aceitação de Deus, quer alguém tente ser um bom católico ou um bom protestante ou um bom qualquer outra coisa. É crendo no Senhor Jesus Cristo.

E então, sim, queremos agradá-lo e obedecê-lo e fazer sua vontade. Mais uma confirmação de que as visões de Roma não mudaram é fornecida por Rahner, Karl Rahner e Vorgrimler's Dictionary of Theology, 1981. Esta ferramenta define justificação em termos semelhantes aos do Concílio de Trento.

Citação: justificação é o evento no qual Deus, por um ato livre de seu amor, traz o homem para aquele relacionamento com ele que um Deus santo exige do homem. Ele faz isso dando ao homem uma parte de sua natureza divina através da palavra da fé e dos sinais dos sacramentos. Essa justiça, ou retidão, que não é meramente imputada de forma jurídica ou forense, mas torna um homem verdadeiramente justo, é ao mesmo tempo o perdão dos pecados.

Não pode haver certeza reflexiva de salvação para qualquer indivíduo. Esta justiça, retidão, dada por Deus e recebida, também pode ser perdida se um homem rejeita o amor divino por pecado sério. O homem pode preservar e aumentar continuamente a justificação.

Muitas dessas ideias são ensinamentos mais modernamente expressos do Concílio de Trento. Não vou lidar com isso em mais detalhes; talvez já tenha sido feito o suficiente. Responderei a isso na apresentação da justificação e na apresentação das escrituras também.

A Reforma e a Justificação. A Reforma Protestante do século XVI foi principalmente um movimento teológico, embora tenha tido repercussões nos domínios político, social, econômico e cultural também. Os Reformadores se concentraram na redescoberta da mensagem da salvação.

Longe de ser uniforme, a Reforma produziu igrejas luteranas, calvinistas, anglicanas e anabatistas, bem como a Contrarreforma Católica Romana em reação ao protestantismo. No entanto, várias igrejas da Reforma abraçaram o evangelho unidamente. As igrejas da Reforma concordaram com o evangelho porque se apegaram à sola scriptura.

A Bíblia sozinha é a principal autoridade para teologia e ética. Esta foi a primeira das cinco solas da Reforma, as outras sendo sola fidei; a salvação é somente pela fé em Cristo, não pelas boas obras. Sola gratia, somos salvos somente pela graça de Deus.

Solus Christus, Cristo somente é o único mediador entre Deus e a humanidade, e soli Deo gloria; toda a glória pertence somente a Deus. Sola scriptura, a Bíblia é nossa norma máxima, julgando outras normas. Sola fidei, a salvação é somente pela fé, não fé mais obras.

Sola gratia, a salvação é somente pela graça de Deus. Solus Christus, Cristo é o único mediador, e soli Deo gloria, toda glória pertence somente a Deus. Praticamente, sola scriptura significava que os reformadores rejeitavam a visão de Roma de que a escritura sagrada e a tradição sagrada eram igualmente autoritativas.

Em vez disso, a sola scriptura elevou a escritura ao lugar supremo para a doutrina e a vida cristã. Calvino, para citar um exemplo, reconheceu a autoridade da razão, tradição e experiência, mas buscou deliberada e consistentemente colocar a escritura acima dessas autoridades menores, julgando-as. Aplicando a sola scriptura à salvação, Lutero passou a entender a mensagem central da Bíblia como uma de justificação gratuita, recebida somente pela fé em Cristo, resultando no perdão dos pecados.

Os principais reformadores aceitaram a doutrina de justificação de Lutero e se opuseram fortemente à doutrina medieval católica romana de justificação. Embora o ensino de Roma tenha começado com a graça proveniente de Deus, tal graça permitiu que o livre-arbítrio dos pecadores cressem em Cristo e realizassem boas obras que merecem a vida eterna. A Igreja Católica ensinou que a justificação não é forense, por meio da qual Deus declara os pecadores justos em Cristo.

Em vez disso, é transformacional ou transformadora, iniciando um processo que pode levar à salvação final. Assim, Roma concebe a salvação como um sinergismo entre Deus e os humanos. Em contraste, os reformadores sustentavam uma salvação monergística, com Deus sozinho salvando pecadores do começo ao fim.

Além disso, a Igreja Romana ensinava que a Igreja sozinha era a fonte da graça salvadora de Deus, dispensada por meio de seus sacramentos de batismo, penitência e eucaristia, entre outros. Lutero se opôs a essa visão e se comprometeu a defender e propagar as boas novas da graça gratuita de Deus. Lutero e seus companheiros reformadores sustentavam que a justificação é uma imagem judicial de Deus aplicando a salvação aos crentes.

É forense, não transformacional. É um ato declarativo, não um processo vitalício. Na justificação, Deus de uma vez por todas declara justo e perdoa todo crente em Jesus.

Paulo ensina enfaticamente que a justificação é recebida pela fé, não pela fé e obras. Sabemos que uma pessoa não é justificada pelas obras da lei, Gálatas 2.16, mas pela fé em Jesus Cristo. Nós mesmos cremos em Cristo Jesus.

Isso foi para que pudéssemos ser justificados pela fé em Cristo e não pelas obras da lei, porque pelas obras da lei, nenhum ser humano será justificado, Gálatas 2:16. A justificação não purifica os pecadores interiormente e os capacita a fazer boas obras. Quando Deus justifica um pecador, ele ou ela se torna simul justus et peccator, para usar a famosa expressão de Lutero. Ao mesmo tempo, justo e pecador, simul, ao mesmo tempo, obtemos simultaneamente disso, justus, justo ou justo, et e peccator, ao mesmo tempo, justo e pecador.

Deus, o juiz, declara os crentes justos em Cristo, e assim eles estão aos olhos de Deus. Ao mesmo tempo, vistos em si mesmos, eles ainda são pecadores. A condenação de Roma à doutrina de Lutero como promotora de licenciosidade erra o alvo.

Embora a justificação não seja transformacional, ela é correlativa ou inseparável com outros aspectos da aplicação da salvação que são transformacionais. A justificação de pecadores por Deus é inseparável de sua regeneração e santificação. Na regeneração, Deus dá aos pecadores uma nova vida, que é vista em sua crença no evangelho, amando os outros crentes e vivendo vidas piedosas, como 1 João atesta.

Na santificação progressiva, Deus capacita os crentes a crescerem na graça, a crescerem no conhecimento de Cristo e a crescerem na santidade prática. A confusão de Roma sobre justificação com santificação progressiva é um erro flagrante, pois resulta em bons cristãos, entre aspas, buscando ganhar ou manter a salvação vivendo para Deus. Como os reformadores reconheceram, Paulo inseparavelmente ligou a graça salvadora de Deus e a fé em Cristo para a justificação.

Citação, é por isso que a promessa é pela fé, Paulo escreveu em Romanos 4:16, para que seja segundo a graça, para garantir a todos os descendentes, àquele que é da fé de Abraão. Teologia do mérito, a noção de que os seres humanos podem ganhar o favor de Deus, embora cercados pela graça preveniente e assim por diante, é impossível, pois coloca de lado a graça de Deus. Citação, pois se a justiça vem pela lei, então Cristo morreu em vão.

Gálatas 2:21. Quero ler isso da ESV. O último versículo em Gálatas 2 é poderoso. Eu não anulo a graça de Deus, Paulo escreveu, pois se a justiça fosse pela lei, então Cristo morreu em vão.

Ele morreu em vão. Amigos, Cristo não morreu em vão. Ele morreu porque precisávamos de sua obra salvadora, se algum dia fôssemos salvos.

Salvação significa desviar nossa atenção de nós mesmos e de nossas ações para Cristo somente. Romanos 4:25. Quando Deus nos une a Cristo, ele imputa nossos

pecados a ele e sua justiça a nós. Deus, entre aspas, fez aquele que não conheceu pecado ser pecado por nós, para que nele pudéssemos nos tornar justiça de Deus.

2 Coríntios 5:21. A justiça ativa de Cristo, sua obediência ao longo da vida, é contada para nós, assim como sua obediência passiva, sua obediência sofredora e sua morte na cruz. Esta é uma distinção tradicional entre a obediência ativa e passiva de Cristo. Pela primeira, ele quis dizer sua obediência ao Pai e à lei durante toda a sua vida.

Por último, não significa qualquer passividade; é aí que a palavra mudou seu significado porque sua obediência passiva não significa inatividade, mas sim vem do latim *passio*, relacionado à paixão ou sofrimentos de Cristo. Então, eu gosto de usar a terminologia sua obediência ativa ou sua obediência vitalícia para obediência ativa, e sua obediência sofredora, sua obediência da cruz. Filipenses 2. Obediência ativa, obediência passiva, melhor obediência vitalícia, obediência sofredora.

Assim como pela desobediência de um só homem, Romanos 5:19, muitos foram feitos pecadores, assim também pela obediência de um só homem muitos serão feitos justos, Romanos 5:19. Deus nos aceita livremente em sua graça quando confiamos somente em Cristo para a salvação. Em alguns, embora sejamos salvos pela graça somente pela fé, a fé salvadora nunca permanece sozinha, pois em Cristo Jesus, Gálatas 5:6, em Cristo Jesus nem a circuncisão nem a incircuncisão realizam nada. O que importa é a fé operando pelo amor, Gálatas 5:6. Consequentemente, amamos porque ele nos amou primeiro em Cristo, 1 João 4:10. Porque Cristo nos amou e deu sua vida por nós, amamos uns aos outros, João 15:12 e 13.

Por gratidão pela graça recebida na justificação, somos, cito, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus preparou de antemão para que as praticássemos, Efésios 2:10. Efésios 2 ali e o livro de Tito se destacam em minha mente como lugares onde as escrituras dizem enfaticamente que a salvação não é por obras, mas que Deus quer que seu povo seja zeloso por boas obras. Efésios 2:8-10 simplesmente colocou isso junto muito bem. Pois pela graça sois salvos, por meio da fé, e essa salvação não vem de vós, é dom de Deus, não resultado de obras, para que ninguém se glorie, pois fomos criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas.

O significado é que somos recriados, falando de nós como aqueles que já pertencem à nova criação de Deus. Este é o nosso reconhecimento histórico, e é mais longo do que o habitual. É mais longo do que o que faremos, por exemplo, sobre a vida cristã com visões diferentes, embora daremos algum tempo a ele por causa da importância que as visões históricas de Roma e da Reforma têm para a teologia cristã.

Formulações sistemáticas de justificação. Tendo revisado um prelúdio bíblico, dado um prelúdio bíblico para justificação e explorado a história da doutrina, passamos

para um resumo sistemático da justificação. Imagens bíblicas da aplicação da salvação surgem de várias esferas.

O chamado vem do reino dos nossos sentidos, particularmente o da audição. A regeneração vem da esfera da morte e da vida. A santificação está relacionada à impureza ritual e à santidade.

A conversão diz respeito a uma mudança de direção, tanto se afastando do arrependimento quanto se voltando para a fé em Cristo, como vimos. Tanto a justificação quanto a adoção são imagens legais, embora vindas de diferentes seções do tribunal. A adoção vem do tribunal de família, apresentando Deus como Pai, Cristo como Irmão Mais Velho, B maiúsculo e Redentor, e os crentes como os filhos amados de Deus a quem ele dá os benefícios e responsabilidades da vida familiar.

Justificação, como adoção, é uma imagem legal, mas pertence a uma divisão diferente do tribunal, a criminal. É parte de um quadro legal bíblico maior que retrata Deus como um legislador e juiz de toda a terra, a quem cada pessoa dará conta. Seres humanos caídos aparecem diante dele como pecadores culpados que se rebelaram contra seu criador e quebraram sua lei.

Cristo nasceu sob a lei para redimir aqueles sob a lei, Gálatas 4:4 e 5. Como Jesus fez isso? Citação, Gálatas 3:13, Cristo nos redimiu da maldição da lei, tornando-se maldição por nós, porque está escrito: maldito todo aquele que for pendurado no madeiro. Às vezes, o antigo liberalismo tentou remover todas essas tensões legais da Bíblia. Não funciona porque a Bíblia dá mais do que terminologia legal, mas apresenta Deus, seres humanos, pecado, Cristo, sua obra salvadora, a aplicação da salvação e, por último, o julgamento final; por exemplo, todos esses são retratados em termos legais.

Novamente, eu direi: a Bíblia faz mais do que isso, mas não faz menos do que isso. E sim, a aplicação da salvação é mais do que justificação, mas não é menos do que justificação. A justificação é um aspecto muito importante da aplicação da salvação.

Deus, o juiz, declara justos todos os que confiam em seu Filho como Senhor e Salvador. Ou seja, ele os justifica. Em resposta à pergunta, o que é justificação? O Westminster Shorter Catechism responde à citação; justificação é um ato da graça livre de Deus, no qual ele perdoa todos os nossos pecados e nos aceita como justos aos seus olhos, somente pela justiça de Cristo imputada a nós e recebida somente pela fé.

Essa é a pergunta e resposta 33 do Breve Catecismo de Westminster. Como dissemos antes, cada aspecto da aplicação da salvação é melhor visto em relação à necessidade que temos dela. A necessidade da justificação é a condenação.

Adão e Eva não precisavam ser justificados antes da queda, pois eles foram, entre outras coisas, criados à semelhança de Deus em verdadeira justiça e santidade, Efésios 4:24 ESV. Mas depois da queda, eles e toda a sua progênie precisaram de justificação. Paulo apresenta essa necessidade de duas maneiras.

Primeiro, precisamos da justiça de Cristo por causa do pecado original de Adão. Romanos 5:18 e 19, uma transgressão levou à condenação de todas as pessoas. Pela desobediência de um homem, muitos foram feitos pecadores.

Segundo, isso é Romanos 5:18 e 19. Segundo, todos nós cometemos, além do pecado original de Adão, todos nós cometemos pecados atuais. Romanos 3:23, todos pecaram e carecem da glória de Deus.

Na verdade, este versículo pode se referir à transgressão primária de Adão. O aoristo, todos pecamos, pode significar em Adão. E nossos pecados reais, o tempo presente, todos nós ficamos aquém da glória de Deus, como Jimmy Dunn sugere em seu comentário sobre Romanos 1 a 8 no Esse era meu próprio entendimento, embora não dogmaticamente, antes de ler o comentário de Dunn nessa área.

O argumento em desenvolvimento de Paulo em Romanos ressalta a necessidade universal da humanidade por justificação em Cristo. Imediatamente após anunciar o tema do livro, a revelação da justiça de Deus no evangelho, em Romanos 1:16 e 17, Paulo começa uma longa declaração tratando de outra revelação, a revelação do julgamento de Deus sobre o pecado. Não me envergonho do evangelho, diz Paulo, pois é a revelação da justiça de Deus a todo aquele que crê, primeiro ao judeu e também ao grego.

E então o versículo 18 diz, a ira de Deus é revelada do céu contra toda impiedade e injustiça dos homens que por sua injustiça detêm a verdade, Romanos 1:18. Paulo começa esta seção, 1:18 a 3:20 agora, com um resumo que começa, não há um justo, nem um sequer, não há ninguém que entenda, não há ninguém que busque a Deus, Romanos 3:10 e 11. Ele termina esta seção dizendo que não há temor de Deus diante de seus olhos.

O objetivo de Romanos 1, 18 a 3:20, citação, para que toda boca se feche e o mundo inteiro seja responsabilizado pelo julgamento de Deus, pois ninguém será justificado diante dele pelas obras da lei, porque o conhecimento do pecado vem pela lei, Romanos 3:19 e 20. Então, o que dissemos é que a necessidade de justificação é condenação. No grande resumo de Paulo sobre o ensino cristão no livro de Romanos, ele fundamenta essa necessidade. Ele baseia essa necessidade em duas coisas.

Primeiro, pecados reais de Romanos 1:18 a 3:20. E então no pecado original de Adão no capítulo 5, versículos 12 a 19. A estratégia de Paulo é astuta.

Antes de podermos abraçar as boas novas de salvação de Deus, precisamos entender as más notícias, como Lutero as chamou, do nosso pecado e o que ele merece: a ira de um Deus santo e justo. Paulo apresenta o pecado e o julgamento não como fins em si mesmos, mas como preparação para o evangelho da graça de Deus. Cada um de nós é culpado aos olhos de Deus, incapaz de resgatar a si mesmo e, portanto, precisa de um salvador.

Se a necessidade da justificação é a condenação, a fonte da justificação é a graça de Deus. Paulo justapõe o pecado de Adão e a justiça de Cristo. Romanos 5, 17.

Pois se pela transgressão de um só homem, a morte reinou por meio desse, quanto mais aqueles que recebem o transbordamento da graça e o dom da justiça reinarão em vida por meio de um só homem, Jesus Cristo? Romanos 5, 17. Paulo contrasta o reino da morte iniciado pelo pecado de Adão com o reino da vida trazido por Cristo. O apóstolo perturba o equilíbrio entre os dois Adãos e sua influência sobre seu povo ao escrever não sobre a vida reinando por meio de Cristo, mas sobre aqueles que reinarão por meio dele.

Muito maior do que as influências deletérias do pecado de Adão, a obra salvadora de Cristo produz um, aspas, transbordamento de graça e o dom da justiça, aspas fechadas, que faz com que seu povo reine na vida eterna. Douglas Moo diz corretamente que a justiça aqui é claramente o status de um novo relacionamento com Deus. Doug Moo, *The Epistle to the Romans*, New International Commentary on the New Testament, página 339.

Meu comentário favorito sobre Romanos, e isso diz alguma coisa. Há muitos bons. É o status daqueles justificados pelo transbordamento da graça de Deus em Jesus.

Não é surpresa, então, que as escrituras combinem graça e justificação. Romanos 3, 24. Eles são justificados gratuitamente pela graça de Deus por meio da redenção que há em Cristo Jesus.

Ou Tito 3:6 e 7. Deus derramou seu espírito abundantemente sobre nós por meio de Jesus Cristo, nosso Salvador, para que, tendo sido justificados por sua graça, nos tornemos herdeiros com a esperança da vida eterna. Tito 3, 6 e 7. A Escritura fala claramente. A fonte final da justificação do povo de Deus é sua graça incomparável.

Lutero explica isso lindamente. Em vez de buscar seu próprio bem, o amor de Deus flui e concede o bem. Portanto, os pecadores são atraentes porque são amados.

Eles não são amados porque são atraentes. Assim, Cristo diz, porque eu não vim para chamar os justos, mas os pecadores, Mateus 9:13. Este é o amor da cruz, nascido da cruz, que se volta para uma direção onde não encontra o bem, que pode desfrutar, mas onde pode conferir o bem à pessoa má e necessitada.

Obras de Lutero, volume 31, página 57. Em nossa próxima palestra, abordaremos a base da justificação na obra salvadora do Senhor Jesus Cristo.

Este é o Dr. Robert Peterson em seu ensinamento sobre Salvação. Esta é a sessão número 13, Justificação, Número 2, Reconhecimento Histórico e Formulações Sistemáticas.